

Comissão Arinos recebeu 3 mil cartas

Assemb. Const. - Comissão
Vera Perfeito
15 SET 1986

Pena de morte por enforcamento para traficante de tóxicos, estupro, terroristas e assaltos à mão armada; diminuição do tempo de recesso forense e do Congresso; 1% do salário de cada brasileiro para pagamento da dívida externa; existência de apenas de 6 partidos, com exclusão do PDT e PT; redefinição das funções das Forças Armadas; censura rigorosa para a televisão; ensino gratuito de 1º e 2º graus, com o ensino de línguas indígenas no currículo.

Estas são algumas das 15 mil sugestões contidas em 3 mil cartas, enviadas à comissão de estudos constitucionais pela população, que não esqueceu também de pedir a extinção do ministério da Desburocratização (já atendido) e criação dos ministérios da Criança, o da Pesca Marinha e Fluvial e do Índio. Após uma seleção, as cinco ou seis propostas que constavam de cada uma das 400 cartas, foram impressas em livro que será entregue, na próxima semana, ao presidente José Sarney pelo presidente da comissão Afonso Arinos Melo Franco. Posteriormente, ficará exposto no Museu da República.

Novos Deputados

A comissão de estudos constitucionais, criada a 19 de agosto do ano passado, só entregará a proposta da nova Constituição Brasileira, realizada por seus 49 membros, após as eleições de 15 de novembro, segundo seu presidente. Mas, para fixar a contribuição e os anseios populares, decidiu enviar à Fundação Getúlio Vargas as cartas recebidas. O livro, impresso pelo Banco Central, será exposto no Museu da República, de acordo com convênio assinado com a fundação Pró-Memória.

Câmaras de diversas cidades do interior brasileiro também se manifestaram, tendo como tônica sugestões de "imunidades" para os vereadores. Inúmeras associações filiaram-se à idéia e acreditam que não se pode pensar em Constituinte "com um quadro partidário pré-anarquista como o existente atualmente no Brasil".

A opinião é da Associação Baiana de Criadores de gado Nelore que por isso, faz a seguinte proposta: "...deve-se extinguir o flagelo das férias coletivas forenses; manter a livre economia de mercado; preservação do direito de propriedade na reforma agrária; direito de voto aos praças (cabos e soldados) e extinção do voto contraditório e demagógico dos analfabetos". Pede ainda que "as Forças Armadas, detentoras das raízes cívicas, culturais e técnicas da

Nação, devem ter ampliadas as suas atribuições no sentido do civismo e educação pública".

A Associação Brasileira da Indústria do Fumo quer que o direito de anunciar seu produto conste da nova carta "como corolário do regime de livre iniciativa, impedindo que autoridades ou legisladores ordinários restrinjam a veiculação junto ao público".

Já a Associação Brasileira de Solidariedade Total aos Pássaros Engaiolados preocupou-se bastante em incluir itens que protejam a natureza e as aves enquanto a dos Motoristas da Prefeitura Municipal de São Paulo pede a pena de morte para estupro, homicídios e latrocínios.

O Centro dos Fiscais do Brasil quer a "aquisição de veículos com isenção de impostos" pela classe, além de "uma fiscalização radiante: a harmonia da relação entre o fiscal e o contribuinte".

O Movimento das Donas-de-Casa de Minas Gerais quer o ressarcimento pelo abuso do poder econômico e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fátima do Sul (MS) pretende que os industriais descontem 2,5% para o Inamps equivalentes ao do agricultor para o Funrural.

A Associação Brasileira de Empregados em Serviços de Informática, mais uma vez, pede garantias para o desenvolvimento do software brasileiro e restrições à expansão de empresas estrangeiras no país.

A CNBB, secretariado geral do Nordeste, pede que os deputados constituintes terminem suas funções assim que seja votada a nova Constituição e que sejam aceitos candidatos avulsos sem vinculação partidária.

Figuras populares

Nem só desconhecidos enviaram suas cartas de sugestões, mas pessoas de projeção como o governador de Santa Catarina Esperidião Amin deseja que os arquivos públicos tenham a obrigatoriedade da guarda de documentos de valor histórico para o país que estejam em mãos de particulares, a fim de que não se percam, extraviem ou deteriorem.

O delegado Ivan Vasquez propõe que a polícia judiciária seja exercida pelas autoridades policiais civis "no território de suas circunscrições, tendo como objetivo a apuração de infrações penais e sua autoria".

O cientista Celso Lafer determina o emprego de normas pragmáticas para uma melhor redistribuição social enquanto o escritor J.G. de Araújo dá diversas idéias para a adoção do parlamentarismo no Brasil. O educador Lauro de Oliveira Lima pretende que a família seja a

responsável pela frequência escolar do aluno até os 16 anos e que a União tenha jurisdição sobre a educação universitária; o Estado, pelo ensino médio e o município pelo elementar, sendo cada instância assistida por um colegiado.

A vereadora do PT, Benedita da Silva, pediu o reconhecimento do índio como cidadão e a extinção dos atuais órgãos que cuidam do assunto, além da criação do ministério específico.

O médico Aloysio Campos da Paz Júnior acredita que o cidadão deva ser atendido por médico em escola, posto ou centro de saúde onde está inscrito e pretende o término da dupla jornada médica desde que haja salários condizentes.

O diretor da Santa Casa, Dahas Zarur, em uma das três cartas enviadas, pediu o término da disparidade entre o trabalhador segurado da Previdência e aqueles que "recebem dos cofres públicos e entidades mistas e estatais".

O jurista Miguel Reale acredita que o parlamentarismo não pode ser uma questão de emergência, "mas de uma análise serena e objetiva".

Populares

Há diversas sugestões para que os aposentados continuem a contribuir para o INPS e como prêmio teriam promoções. Os missivistas gostariam do aumento do número de militares e da ajuda das Forças Armadas no combate à delinquência. Júlio Mourão, de Belo Horizonte, preocupou-se em colocar os direitos das crianças na nova Carta.

A Organização de Vereadoras e Prefeitas do Estado de São Paulo quer penalidade para aquele que infringir os direitos iguais do homem e da mulher em todos os setores. Pretende ainda o reconhecimento da função social do trabalho doméstico, além da igualdade de direitos dos filhos na sociedade familiar.

Otaviano Bastos, do Rio, deseja que os excepcionais façam parte de escolas públicas e particulares, evitando seu isolamento e ainda que os responsáveis recebam o auxílio-excepcionalidade já que abandonaram seus empregos para se dedicarem a estas crianças. Devem ser aproveitados também em concursos públicos.

Antonio Pedro da Costa, Goiânia, acredita que o desconto de 1% do salário do trabalhador resolveria a dívida externa brasileira e daria anistia para os roubos "leves".

Francisco Correia Neto, Rio, gostaria da redução da área do Distrito Federal para 100 km² e de impedir a expressão política dos militares ativos.

Carta pode ter contribuição de aposentado

O trovador Libânio Borges, 72 anos, candidato à deputado federal pelo PMN (Partido da Mobilização Nacional), quer chegar à Assembléia Constituinte "para lutar contra a espoliação a que estão submetidos 12 milhões de aposentados em todo o Brasil", mas em vez de discursos inflamados ele pretende subir à tribuna para defender sua bandeira com poesias.

Libânio dá uma amostra de como poderá ser sua atuação parlamentar com uma prova que tem por alvo o governador Leonel Brizola: "Seu Brizola não amola/ este Rio quer mudar/ está parado, enlameado/ e o povo a reclamar/ não tem prefeito, ninguém dá jeito/ a quem vai reclamar?". Alagoano de Anadi, ele é membro da Academia Brasileira de Trovas e do Sindicato dos Escritores Brasileiros.

Defensor fervoroso do Plano Cruzado e do presidente José Sarney — "este homem caiu do céu para isso" — Libânio diz ter farta documentação que comprova a perda do poder aquisitivo dos aposentados. "Todo brasileiro que se aposentou há cinco anos com 10 salários-mínimos, hoje só está recebendo três".

E antes de chegar, como acredita, à Constituinte, já fez uma trova para o Presidente Sarney: "Seu Presidente, olha esta gente tão carente/ está com fome quase não come/ é gente boa, mas vive à toa/ quer trabalhar, mas quer ganhar, pra viver, se alimentar/ a nossa elite será que existe?/ ou são tarados bem mascarados?".

Morando na Praça da Bandeira, Libânio já foi presidente do Clube da Amizade, em Del Castilho, em três mandatos. "O clube abriga velhinhos sem direito à Previdência Social". Casado há 44 anos, tem um filho advogado, e atualmente participa da fundação da Confederação Nacional dos Aposentados e Pensionistas, depois de ter sido procurador da Federação dos Aposentados do Rio de Janeiro.

Ele confessa que chegou ao Rio com 22 anos "sem nunca ter escutado palavras como verbo, gramática e dicionário". Mesmo assim, era "um dos mais ilustrados da família" porque em Anadi chegou a trabalhar no balcão de uma loja de comestíveis.

Libânio ressalta que o Brasil tem a 8ª economia do mundo, mas figura em 63º lugar nas estatísticas da ONU sobre a fome. E desabafa: "Queremos a reforma agrária, pra sermos homens e não pária/ neste país tão rico e nobre, pois o nosso desejo ardente, deste povo consciente é que jamais sejamos pobres/ o trabalhador tá presente, nesta batalha eficiente que é a luta da produção/ Queremos terra produtora, daremos pão à nossa gente, e teremos exportação".

ANC 88

Pasta Agos/Out 86

079